



**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS**

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2 – ORDEM DO DIA -----

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 2.º trimestre de 2022 para conhecimento; -----
- c) Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 3.º trimestre de 2022 para conhecimento; -----
- d) Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração da Taxa de IMI; -----
- e) Apreciação e Votação do Regulamento Municipal de Fomento à Apicultura; -----
- f) - Aprovação da Carta Educativa do Município de Fornos de Algodres; -----
- g) - Proposta de Aprovação dos documentos previsionais para 2023: -----
 - Relatório do Orçamento -----
 - Orçamento -----
 - Normas para execução do orçamento -----
 - Grandes Opções do Plano -----
- h) - Apreciação e Votação do Regulamento do Programa Municipal Cheque Reabilitação; -----
- i) - Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas relativo à Execução de Planos de Ajustamento Financeiro de Autarquias Locais, para conhecimento; -----
- j) Informação sobre a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2022, para conhecimento; -----
- l) Proposta de fixação de taxas: -----
 - Fixar a taxa do imposto municipal sobre imóveis; -----
 - Lançamento de derrama sobre o lucro tributável; -----
 - Atualizar as taxas municipais, de acordo com a taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses -----
 - Participação variável no IRS -----
- m) Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem -----

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Aberta a Sessão, a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes. -----



Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Raquel da Conceição Sequeira Batista, Marcos André Lopes Paulo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, António José Elvas da Rocha, Hugo Santos Caetano, Teresa Maria de Almeida Rodrigues Pinto, Carlos António Tomás Ferreira, Nélío Alexandre Ferreira Sequeira, Telma Sofia Gomes de Andrade Macedo, Gonçalo Emanuel Paraíso Bento, Ana Catarina Freitas Gomes, André Miguel Santos Brás, Francisco Miguel Gomes Inácio, Cláudia Filipa Coelho Farias, Ana Catarina Albuquerque Tomás, Delfim Pereira Rodrigues, Jorge Manuel Almeida Domingues, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Jéssica Rodrigues Andrade, Maria João Castanheira Albuquerque, Leandro Manuel Pinto Abade, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. -----

A Senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento de que o membro da assembleia Cristina Baltazar informou via correio eletrónico de que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Nesse sentido e nos termos da lei, foi convocado o membro seguinte da lista Todos por Fornos, Fornos para Todos, Carlos António Tomás Ferreira a estar presente. De igual modo, o membro da assembleia Andreia Sanches Ventura, informou que iria estar ausente, solicitando a sua substituição. Foi convocado, nos termos da lei, o membro Telma Sofia Gomes de Andrade Macedo. Solicitou, também, a sua substituição, o membro da assembleia Marco Paulo Ferreira dos Santos, tendo sido substituído pelo membro André Miguel Santos Brás. O membro da assembleia Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado informou de que iria ausentar-se, tendo sido substituído por Hugo Santos Caetano. -----

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente, o qual fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, disponível no Gabinete de Apoio para consulta. -----

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que iria colocar à votação a ata do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e dois. Assim sendo, questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata. Não havendo propostas, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Nélío Sequeira, começando por agradecer em nome da bancada do PS, todo o trabalho levado a cabo pelo Município e Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, nomeadamente professores e auxiliares, pelo acréscimo de alunos, face ao ano anterior, facto que demonstra todo o empenho em cativar alunos de concelhos limítrofes. Ainda no que concerne à Educação, pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente à Residência de Estudantes, cuja tutela deveria passar para o Município. A concluir questionou o que se passa com o painel publicitário que se encontra em frente ao edifício da Câmara Municipal, uma vez que não funciona há relativamente muito tempo. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento, referindo que, em relação ao grupo de trabalho criado para discutir o processo de transferência de competências, assim que reunirem o máximo de informação, estarão em condições de apresentar trabalho, tal como havia sido acordado. De seguida informou que, amanhã dia vinte de



dezembro, realizar-se-á uma reunião da CIMBSE para serem discutidos vários assuntos, nomeadamente a discussão e aprovação do orçamento e que, posteriormente, fará chegar essa informação. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias para, na sequência da intervenção do seu antecessor no uso da palavra, questionar os membros da comissão de trabalho relativa ao processo de transferência de competências, qual o ponto de situação dos trabalhos, na medida em que deveriam estar a apresentar o segundo relatório intercalar e isso não aconteceu. Assim sendo, a comissão não está a fazer aquilo para a qual foi criada, ou seja, trabalhar. -----

O membro da assembleia Marcos Paulo deu a conhecer a preocupação de um habitante de Fornos de Algodres, relativamente à escadaria que se situa ao lado da Pizaria Mota; ao que sabe, durante o Verão ocorreram alguns problemas que foram sinalizados pelos serviços municipais, todavia a situação ainda não foi resolvida, deixando esse alerta. -----

Interveio o membro Luís Ginja referindo que, como é do conhecimento geral, o Município tem colaborado na vinda para Fornos de Algodres de habitantes de outros países, designadamente ucranianos e timorenses e, assim sendo, o nosso concelho tem sido uma referência no que toca ao bem tratar e bem acolher, acrescentando que o Executivo e os trabalhadores da Autarquia tanto neste como noutros campos, tem prestado um bom serviço. Prosseguiu, referindo que o Município, face às condições atmosféricas que se têm sentido, soube antever e evitar através da limpeza de sarjetas e boqueiros, as enxurradas que se verificaram noutros concelhos. -----

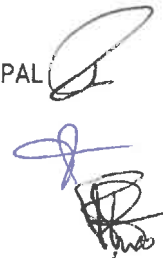
A concluir e, face à época natalícia que atravessamos, referiu que a melhor prenda do Executivo para os fornenses foi a criação do Gabinete de Saúde Oral, na Unidade de Cuidados Personalizados de Fornos de Algodres, sendo que é o único no distrito. -----

O Senhor Presidente da Câmara começou por informar que no próximo dia vinte e dois de dezembro realizar-se-á um teatro de Natal, no antigo quartel dos bombeiros voluntários, endereçando a todos o convite a estarem presentes. -----

Em resposta às questões colocadas, referiu que é muito importante que cada vez haja mais alunos a querer frequentar a escola de Fornos de Algodres, referência no distrito, fruto do trabalho dos professores e do Presidente do Agrupamento de Escolas. Relativamente à Residência de Estudantes salientou que Fornos foi um dos primeiros Municípios a aceitar a competência do património, tendo ficado acordado no final da semana passada reunir com o Senhor Ministro das Finanças, no sentido de aceitar as condições impostas ao Município. De dizer que a partir do momento em que se assine o protocolo, haverá condições para investir no referido edifício. -----

Em relação ao LUPI fez saber que foi desligado aquando da pandemia da COVID-19, entretanto foi transformado em TOMI, na medida em que permite estabelecer parcerias com outros Municípios, no sentido de publicitar os nossos eventos nos TOMIS de outros concelhos. -----

Relativamente à intervenção do membro Gonçalo Bento afirmou que rececionou o seu email, contudo, é essencial que a comissão se organize, para que as respostas possam ser endereçadas à comissão e não a um elemento em particular. No que toca à questão da CIMBSE e, enquanto Vice-Presidente desse organismo, informou que amanhã, dia vinte de dezembro, realizar-se-á uma assembleia intermunicipal, onde serão discutidos alguns



pontos, nomeadamente a nomeação do novo Secretário Executivo da CIM, orçamento, plano de atividades, entre outros. -----

Relativamente à escadaria junto à Pizaria afirmou desconhecer essa situação, no entanto, vai inteirar-se junto dos Serviços Técnicos. -----

No que concerne ao acolhimento dos refugiados começou por agradecer o apoio da oposição nesse sentido, designadamente à Senhora Vereadora Joaquina Domingues, acrescentando que esse trabalho de acolhimento é louvado em todos os fóruns, uma vez que, apesar de o Município ter grandes dificuldades financeiras consegue prestar apoio a imigrantes e refugiados. -----

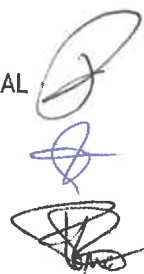
Em relação ao que foi proferido pelo membro Luís Ginja relativamente à chuva que se tem feito sentir, o Senhor Presidente afirmou terem sido tomadas várias medidas de precaução, nomeadamente a limpeza de sarjetas e boqueiros e, daí, não terem ocorrido inundações. -----

No que respeita ao Gabinete de Saúde Oral, o Senhor Presidente salientou ser o único do Distrito da Guarda, a funcionar de acordo com as condições estabelecidas pelo Centro de Saúde e direcionado aos utentes sem possibilidades económicas para se deslocarem ao privado. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. O Sr. Presidente da Câmara solicitou autorização para se dispensar de ler a informação escrita, na medida em que foi enviada oportunamente a todos os membros, tendo obtido a unanimidade dos presentes. -----

Iniciou as intervenções o membro da assembleia Cláudia Farias para destacar a Conferência sobre o Empreendedorismo Feminino “Promover a Importância do Empreendedorismo Feminino em Desafios e Oportunidades”, na medida em que, por diversas vezes, tem alertado para a importância da igualdade de género e empoderamento feminino. Destacou, ainda, a medida de apoio à natalidade, que considera ser uma dupla medida, uma vez que, além de prestar um apoio às famílias, acaba de igual modo por promover o comércio local. Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento para questionar para quando se prevê o término da obra da requalificação da Linha da Beira Alta e, ainda, se o Senhor Presidente alguma vez fez o transporte de qualidade. Relativamente às ementas escolares e, tendo em conta a inflação que se tem vindo a sentir, pretendeu saber qual o impacto nas contas do Município, se alteraram muito ou não, o que estava orçamentado. A concluir e em relação à publicitação das candidaturas para aquisição de painéis fotovoltaicos, questionou se a Câmara Municipal está a prestar apoio aos agricultores que pretendam submeter essas candidaturas e se há capacidade para, de igual modo, prestar apoio aos empresários a submeter outro tipo de candidaturas. -----



No seguimento da intervenção do membro Gonçalo Bento a propósito da candidatura aos painéis fotovoltaicos, o membro da assembleia Marcos Paulo reforçou o que foi dito, uma vez que, já anteriormente, haviam alertado para a necessidade de criar um gabinete que prestasse este tipo de apoios, a este e a outros projetos. -----

Relativamente ao horário das piscinas municipais, a saber, às terças e quintas-feiras até às 20 horas, questionou o Senhor Presidente se tem conhecimento que existem muitas crianças a deslocarem-se para os concelhos vizinhos para ter aulas de natação, anteriormente porque as nossas piscinas não estavam a funcionar e, atualmente, porque os horários não são compatíveis com o trabalho dos pais. Assim sendo, deixou a sugestão de abri-las ao sábado, já que o Município possuiu no quadro de pessoal Técnicos de Desporto. -----

Em relação ao apoio financeiro atribuído aos Bombeiros Voluntários para a aquisição de uma viatura nova, pretendeu saber se a quantia foi por decisão do Município ou se houve diálogo com a entidade, se este valor é o suficiente para a aquisição da viatura e porque não equacionar aumentar esta verba, no sentido de acelerar o processo de compra. Quis saber o ponto de situação das obras do Mercado Municipal e qual o término estimado para conclusão das mesmas. Em relação à obra da Escola de Figueiró da Granja referiu que o Senhor Presidente já havia dito que o atraso era imputado ao empreiteiro, todavia, questionou se houve algum tipo de constrangimento que originasse uma derrapagem tão grande, até porque o Município continua a pagar despesas extra com o aluguer de outras instalações para manter as aulas a funcionar. -----

Prosseguiu, referindo que não viu na palavra do Senhor Presidente menção à recolha de resíduos, no entanto, ao ler as atas das reuniões de câmara constatou que foi um assunto discutido, questionando se o aluguer da viatura para proceder à recolha do lixo é permanente ou se estão a ponderar adquirir ou reparar alguma viatura. A concluir verificou que têm sido feitos trabalhos ao nível da sinalização das vias e, nessa medida, é determinante falar-se na Avenida 25 de Abril, uma vez que é uma zona perigosa onde já ocorreram vários acidentes e, até à data, nada foi feito para inverter essa situação, nomeadamente algum tipo de sinalização que obrigue a uma redução de velocidade. -----

Em resposta às questões colocadas, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a conferência "Importância do Empreendedorismo Feminino: desafios e oportunidades" realizada em parceria com o NERGA teve como objetivo homenagear e promover as mulheres empreendedoras do concelho. Mais disse que o número significativo de participantes é revelador da importância do trabalho que as mulheres têm desenvolvido. Em relação ao programa da Natalidade afirmou ser uma medida importante, complementada por medidas semelhantes, desenvolvidas por algumas Juntas de Freguesia. -----

No que respeita à questão da Linha da Beira Alta comunicou que esteve presente numa reunião onde foi informado que havia um atraso nos trabalhos, contudo, não lhe foi dito quando a linha ficaria transitável e não cabe ao Município qualquer tipo de intervenção. Prosseguiu, referindo que quando fala em transporte de qualidade refere-se a um projeto conjunto com a CIMBSE "Transporte à Medida" e, ainda, com o investimento para a aquisição do autocarro elétrico. -----

Relativamente às ementas escolares referiu que, de facto, os custos são superiores ao ano transato, todavia, o serviço prestado é diferenciado e todos os bens são comprados no concelho de Fornos de Algodres, o que



constituiu um impulso à economia local. -----

Quanto à questão das candidaturas referentes aos painéis fotovoltaicos, o Senhor Presidente afirmou que há um técnico da Câmara a prestar ajuda a quem se queira candidatar. No seguimento da intervenção do membro Marcos Paulo quanto a este mesmo assunto, realçou que há um técnico do NERGA a deslocar-se semanalmente a Fornos de Algodres no sentido de reunir com os empresários do concelho, dar a conhecer e auxiliar na submissão de candidaturas. -----

No que concerne às Piscinas Municipais afirmou ser também uma preocupação deste Executivo, nomeadamente o alargamento de horário, no entanto, há algumas questões a resolver, designadamente a obrigatoriedade da presença de um nadador-salvador. -----

No que respeita ao apoio aos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres afirmou ter sido negociado com a direção do referido organismo, que, presentemente já possui o cronograma para que a viatura possa ser adquirida e foi este o valor acordado. -----

Relativamente à questão do Mercado Municipal fez saber que se prevê a sua conclusão em maio de 2023. -----

Quanto às obras da EB1 de Figueiró da Granja afirmou ter havido uma derrapagem e o empreiteiro continua com dificuldades na aquisição de alguns materiais e, assim sendo, terá de pedir uma prorrogação de prazo até ao final do ano. -----

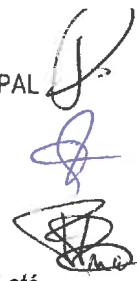
Em relação à questão da recolha do lixo informou que contratualizaram com uma empresa externa o aluguer de uma viatura para fazer essa recolha, acrescentando que estão a equacionar a possibilidade de reparar uma viatura com peças usadas e melhorar o nível de eficiência desse processo. -----

No que respeita à sinalização da Avenida 25 de Abril dizer que não é uma situação fácil de resolver, os serviços técnicos estão a estudar a melhor solução, tendo em conta algumas propostas apresentadas, contando que no início de 2023 este assunto esteja resolvido. -----

Passou-se à alínea b) da Ordem do Dia "Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 2.º trimestre de 2022 para conhecimento; -----

Iniciou as intervenções deste ponto o membro da assembleia Marcos Paulo salientando que, ao comparar este relatório com o do 1.º trimestre e do 1.º semestre, verificou várias inconformidades. No que respeita ao relatório em análise afirmou haver uma discrepância brutal de valores entre o apresentado pelo Executivo e o relatório do Auditor, quer relativamente ao IML, quer relativamente ao controlo orçamental de despesa com o pessoal entre outras, que suscitam dúvidas quanto à clareza dos dados apresentados. De dizer, ainda, que antes de serem remetidos os documentos aos membros da assembleia, estes erros deveriam ser identificados e corrigidos. Face ao exposto, afirmou não ser clara a real situação económica e financeira do Município. -----

Interveio o membro da assembleia Cláudia Farias para se referir ao ponto 10, relacionado com a receita, no qual se diz que "*o Município se compromete a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no plano na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento*", exprimindo a opinião de que o que está plasmado no quadro é que o Município se tem empenhado em reduzir a dívida, ainda que os valores aplicados neste ponto sejam residuais. Relativamente ao ponto 12



relacionado com a despesa, “o Município compromete-se a racionalizar a despesa relacionada com pessoal até 2019, comprometendo-se a não aumentar a despesa realizada com pessoal pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior à taxa de inflação”, em conjugação com o ponto 14 “o Município compromete-se a reduzir o número de postos de trabalho até 2019, de acordo com o quadro seguinte”, ou seja, depreendemos que esta informação contraria as acusações proferidas pela oposição, de que a Câmara Municipal e o PS, têm vindo a implementar uma política de emprego fácil. -----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta ao membro Marcos Paulo referiu que no relatório do Auditor Externo constam os dados que à data foram recolhidos. -----

Relativamente à intervenção do membro Cláudia Farias e, contrariamente ao que tem sido veiculado, a Câmara Municipal não tem aumentado o número de trabalhadores para o quadro, até porque tem saído mais gente do que a que tem entrado. Em relação à venda de bens de investimento relembrou, aquando do primeiro plano de recuperação, a inscrição da venda do INATEL, todavia, quando este Executivo tomou posse, constatou que seria impossível a venda deste imóvel pelo valor que estava inscrito no plano. Quando houver possibilidade toda a receita proveniente dos bens de investimento será canalizada para amortizar a dívida. -----

Solicitou o uso da palavra o membro Marcos Paulo para referir que não ficou esclarecido no que toca à disparidade de valores entre o relatório do Auditor e o relatório do Município, na medida em que ficou notória a falta de clareza dos documentos, aproveitando para questionar o Senhor Presidente se já foi canalizado algum valor para abate da dívida. -----

O Senhor Presidente esclareceu que quando uma entidade elabora um relatório acerca de outra entidade, há, naturalmente, discrepâncias. Quanto à questão colocada informou que o valor arrecadado com a venda da sucata, apesar de ser pouco, foi canalizado para amortizar a dívida. A concluir referiu que, se analisarem o mapa da trajetória da dívida, constatarão que esta tem vindo a diminuir desde 2014 e a que existe foi toda feita pelo anterior executivo. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----

Passou-se de imediato à alínea c) Relatório de Monitorização do Programa de Ajustamento Municipal relativo ao 3.º trimestre de 2022 para conhecimento; -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação e não houve intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

d) Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Identificação de Imóveis para Aplicação de Majoração da Taxa de IMI. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias para referir que no concelho há vários casos em que é necessária uma punição, na medida em que, se os proprietários se demitem das suas responsabilidades, têm de ser punidos. Para além disso, esta medida para além do impacto positivo que poderá ter nas receitas do Município, poderá servir de consciencialização nos proprietários e, consequentemente, ter um impacto positivo em termos de saúde pública. -----

O Senhor Presidente afirmou que esta era uma das imposições ao Município pelo PAM, é um trabalho de grande

complexidade, realçando, por isso, o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vice-Presidente Alexandre Lote neste processo. Acrescentou que não vê esta medida como uma punição, mas sim, como um incentivo à venda e à reabilitação de prédios devolutos. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a alínea d) a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

e) Apreciação e Votação do Regulamento Municipal de Fomento à Apicultura; -----

Interveio o membro da assembleia Cláudia Farias afirmando que quem votar contra ou se abster neste ponto, terá de explicar aos apicultores por que motivo estão a travar a implementação de uma medida de desenvolvimento da apicultura. De seguida alertou para a necessidade desta medida ser bem difundida e de ser prestado apoio na submissão das candidaturas. -----

Seguiu-se o membro da assembleia Gonçalo Bento questionando o porquê dos valores apresentados, em que se basearam e, ainda, se pode ser replicável a outras áreas de intervenção. -----

O Senhor Presidente referiu que a apicultura tem vindo a ganhar importância no concelho de Fornos de Algodres e assim sendo, da mesma forma que procederam com os criadores de gado e ovinicultores, entenderam apoiar, também, esta atividade. Prosseguiu, referindo que tendo em conta as dificuldades que se têm feito sentir nos últimos anos e, também, tendo em conta a crise que se avizinha, estarão disponíveis no sentido de criar mecanismos de apoio a outras atividades. Estão a ponderar, também, apresentar ao Órgão Executivo e, posteriormente, ao Órgão Deliberativo, uma alteração ao regulamento referente ao apoio aos ovinicultores, no sentido de aumentar essas verbas e expandir o apoio a outras atividades com relevância económica. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea e) Apreciação e Votação do Regulamento Municipal de Fomento à Apicultura, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

f) - Aprovação da Carta Educativa do Município de Fornos de Algodres; -----

Interveio o membro da assembleia Carlos Ferreira para referir que, tendo em conta a posição da Senhora Vereadora do CDS-PP em reunião do Órgão Executivo, bem como os argumentos por ela apresentados em declaração de voto de vencido, irá votar contra este ponto. -----

Seguiu-se o membro Gonçalo Bento para referir que, de acordo com o parecer do Conselho Municipal da Educação, além do subaproveitamento de estabelecimentos escolares, há uma oferta excessiva e, assim sendo, face ao que temos no concelho pretendeu saber se há algum plano para proceder à requalificação e conservação dos espaços existentes. -----

No seguimento da intervenção do seu antecessor no uso da palavra, o membro Marcos Paulo questionou o Senhor Presidente quem auscultaram para elaborar a Carta Educativa, ou seja, se foram ouvidos professores, criados inquéritos, ou outros. De dizer que ao terem de votar um documento que obteve parecer favorável do Conselho Municipal de Educação e do Ministério da Educação, estão, à partida, condicionados no sentido de voto, todavia, o parecer do Conselho Municipal diz que a oferta atual de equipamentos já é excessiva e, ainda assim, estamos a aguardar a conclusão da obra da Escola de Figueiró da Granja. Posto isto questionou se não seria mais viável e, uma vez que a obra ainda não foi concluída, usar as instalações para outro fim. -----



Usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias referindo que, tendo em conta que o número de alunos inscritos no ensino profissional tem vindo a crescer, o Município deveria promover este nível de ensino e os caminhos a seguir após a conclusão do mesmo, na medida em que existe uma elevada carência de profissionais intermédios nas empresas da Cova da Beira. Prosseguiu, dizendo que o Município deveria promover, também, a "lifelong learning" ou seja, aprendizagem ao longo da vida. -----

Relativamente à intervenção do membro Carlos Ferreira, o Senhor Presidente afirmou respeitar a sua opinião, no entanto, não tecerá qualquer tipo de comentário. -----

Em relação à questão do membro Gonçalo Bento referiu que estão a acompanhar o processo referente às infraestruturas e é objetivo do Município, em colaboração com as Juntas de Freguesia e o Ministério da Educação, preparar essas infraestruturas para outros fins. -----

No que concerne à intervenção do membro Marcos Paulo o Senhor Presidente referiu que não era intenção de alguns elementos do PSD a recuperação da Escola de Figueiró da Granja, todavia, este Executivo entendeu que a referida escola reunia todas as condições para ser recuperada e continuar a servir a área educativa. Assim sendo, quando a escola estiver concluída acolherá os alunos de Figueiró, Muxagata, Queiriz, caso os encarregados de educação assim o pretendam. Em relação à Carta Educativa afirmou ser um documento obrigatório, acerca do qual foram ouvidas todas as entidades de referência que emitiram parecer positivo. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a alínea f) a votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria com um voto contra da Bancada do CDS-PP, e sete abstenções da bancada do PSD, Presidentes de Junta de Matança e Queiriz. -----

g) - Proposta de Aprovação dos documentos previsionais para 2023: -----

- Relatório do Orçamento -----

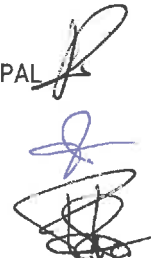
- Orçamento -----

- Normas para execução do orçamento -----

- Grandes Opções do Plano -----

O Senhor Presidente esclareceu que foi um orçamento elaborado num contexto de imprevisibilidade, inicialmente face à pandemia da Covid-19 e, atualmente, devido à guerra da Rússia com a Ucrânia e às consequências que daí advieram, nomeadamente em termos de custos. -----

Prosseguiu, destacando um aumento substancial de valores, que se deve essencialmente ao facto de a Câmara Municipal ter aceite a competência da Ação Social, contudo, em consequência de uma reivindicação da Senhora Presidente da Associação Nacional de Municípios, o orçamento para esta área foi revisto e, no próximo ano, a Ação Social irá ser contemplada com outro valor, à semelhança do que aconteceu com a área da Educação, designadamente no que respeita à recuperação dos imóveis. Referiu, ainda, que foi um orçamento difícil, tendo em conta a existência de variáveis, nomeadamente o aumento dos salários, decorrente das atualizações do Governo, mas, ainda assim, a despesa salarial do Município é inferior à média dos Municípios do País. Destacou, ainda, no que respeita às receitas fiscais, o aumento de 178% no IMT que se deve, sobretudo ao facto de, no último ano, se ter verificado um aumento substancial na compra e venda de imóveis. De salientar, ainda, um



aumento significativo das verbas a atribuir às Juntas de Freguesia, porque entenderam que as freguesias devem ser dotadas financeiramente para, pelo menos, terem capacidade de ter um funcionário. No concernente às transferências correntes verificou-se um aumento que se deve à criação de uma segunda EIP para os Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres. O Senhor Presidente chamou a atenção para o facto de o Município ter conseguido adquirir e reabilitar alguns imóveis do Bairro do Ténis, no âmbito do financiamento ao abrigo do 1.º Direito. Prosseguiu, alertando para a existência de algumas rubricas sobre as quais poderão questionar, a saber:

- Cemitérios – o cemitério de Fornos de Algodres está a atingir a sua capacidade máxima, urgindo a necessidade de proceder ao seu alargamento; -----

- Candidatura referente à aquisição do autocarro elétrico, destinado a servir de transporte escolar; -----

- Zona Industrial de Juncais – no ano transato verificou-se uma diminuição substancial, na medida em que o concurso ficou deserto, prevendo-se, para o próximo ano, a submissão de uma nova candidatura à CCDRC. ----

Interveio acerca deste ponto o membro da assembleia Álvaro dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiró da Granja, referindo que após ter analisado o orçamento, verificou uma melhoria das condições para a Junta de Freguesia que preside e, assim sendo, votará a favor. -----

O membro da assembleia Gonçalo Bento começou por solicitar, se possível, que os documentos enviados não fossem digitalizados, de modo a facilitar o trabalho de pesquisa. Relativamente ao orçamento questionou o Senhor Presidente a que se deve a diminuição da receita do IMI, o aumento da receita da derrama e do IRS, pretendendo saber o que leva a estas variações. -----

Constatou, ainda, que o Município, em 2023, irá receber cerca de cem mil euros de fundos comunitários e, nesse seguimento, questionou o que foi feito no ano de 2022 com cerca de um milhão de euros de fundos comunitários. Relativamente à transferência de competências e face ao que foi referido pelo Senhor Presidente de que iriam receber um incremento dessa verba, quis saber se esse valor é suficiente face aos encargos associados ao Município. Questionou o que está contemplado em encargos com instalações, estudos e consultadoria e outros serviços. A concluir perguntou qual o ponto de situação do espaço Coworking, se há possibilidade de ser implementado no próximo ano e quais as situações pendentes no que respeita a este projeto. Em relação à questão do Programa Municipal de Gestão de Recursos Hídricos, afirmou não ter visto qualquer referência à questão da recuperação dos Açudes do Mondego, abordada por si em assembleias anteriores, tendo à data mencionado a possibilidade de o fazer no âmbito de algum projeto do Ministério do Ambiente e, por fim, também não viu considerada a questão do Orçamento Participativo, questionando a razão e querendo saber o ponto de situação dos anteriores. -----

O membro Marcos Paulo começou por agradecer à Senhora Presidente da Assembleia Municipal a disponibilização dos documentos em formato papel, aproveitando para reforçar a sugestão do membro Gonçalo Bento relativamente ao formato de envio da documentação, no sentido de facilitar a sua leitura. No que concerne ao documento propriamente dito referiu que o Executivo não se desvia do que tem vindo a fazer desde 2013, fazendo sempre questão de colar a dívida ao passado, no entanto, seria importante que houvesse outro tipo de



bandeiras para trazer, até porque diluíram a receita na despesa, uma vez que a maior fatia do orçamento se destina a despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Referiu: -----

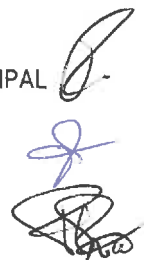
"Da receita total de cerca de dez milhões de euros, a receita corrente comporta um total de sete milhões e meio, e dois milhões e meio são receitas de capital. A par desta receita, apresenta-se como despesa corrente seis milhões e oitocentos mil euros, 67% do orçamento, e apenas 26% são destinadas a despesas de capital, não sendo esta despesa de capital destinada a grande parte do investimento. Referir que da receita corrente, a percentagem da despesa com pessoal e aquisição de bens e serviços comporta mais de 50% do orçamento total. Continuamos a ter uma receita com enorme dependência das receitas de transferências correntes. Pensar nos fornenses é criar condições atrativas para o concelho, mais ainda do que já tem sido ali trazido, na saúde, na educação, no ambiente, na agricultura, nos serviços, no comércio, no turismo e mesmo no desporto, para que sejam criadas, também, e disponibilizadas condições empresariais favoráveis e atrativas quer para os já instalados, como tantos outros que queiram fazer parte da nossa comunidade." -----

Prosseguiu, referindo que relativamente à dívida não vão conseguir aliviar o rácio da dívida com falta de estratégia económica e capacidade de resiliência, ou seja, não se podem acomodar à ideia de que a dívida é culpa do passado e dos outros. Esclareceu, ainda, que quando disse que houve um aumento da dívida, o Senhor Presidente sabia perfeitamente ao que se estava a referir, ou seja, conforme o relatório do Tribunal de Contas, o aumento da dívida surge por utilização de duas moratórias relativamente à Covid-19. -----

No que respeita a esta questão sabem que as medidas de combate à pandemia foram aprovadas por unanimidade, contudo, e ao que sabem, o Município recebeu cerca de cento e trinta e cinco mil euros para esse fim do Fundo Social da União Europeia. Uma vez que esse valor nunca foi utilizado, exprimiu a opinião de que esse valor deveria ter servido para abatimento da dívida. No que concerne à questão da empregabilidade, é óbvio que a Câmara Municipal deve ser a primeira impulsionadora do aumento da taxa de emprego, criar incentivos a empresas e não ser uma concorrente nessa área, através das medidas de emprego. Relativamente aos documentos apresentados é seu entendimento que não cumprem o compromisso com o PAM, na medida em que a despesa não é minimizada nem a receita é maximizada. Quanto às verbas a atribuir às Juntas de Freguesia, referiu que essa tem sido uma preocupação da bancada do PSD, pedindo insistentemente ao Executivo um aumento dessas verbas, apesar de julgar que não é um grande aumento, contudo, desta forma, consegue que as Juntas estejam mais alinhadas com o Município. A concluir a sua intervenção, o membro Marcos Paulo destacou o mérito do Executivo no que respeita à Educação, a partir do momento em que assumiu a responsabilidade da escola e, ainda, no que respeita à cultura e o apoio às instituições sem fins lucrativos. Face ao exposto, o sentido de voto da bancada do PSD é no sentido de votar contra o orçamento. -----

Usou da palavra o membro da assembleia e Presidente da Junta de Freguesia da Matança, Maria João para congratular o Executivo pelo aumento do valor a atribuir às Juntas de Freguesia, salientando, porém, que estes valores estão associados à delegação de competências e não se revelam suficientes para que as Juntas de Freguesia possam cumprir com as competências delegadas. -----

-



Interveio o membro da assembleia Carlos Ferreira para referir que irá votar contra o orçamento, à semelhança do sentido de voto das Senhoras Vereadoras da Oposição em reunião de Câmara. -----

O membro da assembleia Cláudia Farias assinalou que na página 17 do Relatório do Orçamento, designadamente no quadro 12, podemos verificar que está previsto um aumento significativo das despesas com prémios, condecorações e ofertas, questionando as motivações para que isso aconteça. -----

Interveio o membro da assembleia Luís Ginja, afirmando que o PS é um partido de bandeiras e a sua bandeira em Fornos de Algodres não é a dívida, porque essa bandeira é do PSD. A bandeira do PS é resolver problemas, nomeadamente habitação social, a estação elevatória, entre outros. Prosseguiu, referindo que fazer um orçamento é difícil, mas fazer um orçamento com as condicionantes que se adivinham em 2023, ainda mais difícil é, na medida em que não se pode conjecturar o que traz o novo ano. -----

Prosseguiu, referindo que 10% do orçamento é para a dívida, e outro tanto para adquirir as habitações sociais e reabilitá-las. Falou-se na questão do IMT, o que é muito bom para o concelho na medida em que significa circulação de dinheiro, venda e compra de propriedades e um reverter do definhamento da economia no concelho. A concluir referiu que é um orçamento transparente e credível. -----

Em resposta às questões colocadas pelo membro da assembleia Gonçalo Bento, o Senhor Presidente da Câmara referiu que relativamente aos impostos, designadamente o IMI, IRS e outras taxas, os valores são inscritos no orçamento, tendo em conta a média da receita dos últimos anos, acrescentando que em março, aquando da conta de gerência, verificarão o que foi gasto em relação aos valores inscritos no ano anterior. Disse, ainda, que está a ser desenhado um novo Quadro Comunitário com a CIMBSE, cujo processo de negociação poderá demorar cerca de um ano, processo durante o qual os municípios poderão fazer as suas reivindicações. -----

No que concerne às transferências de competências afirmou que os valores estão plasmados nas GOP'S. -----

Quanto ao Coworking referiu que vão avançar a partir do momento em que a residência de estudantes passar para o património da Câmara Municipal. -----

Relativamente aos Açudes do Mondego afirmou que o processo está a ser negociado com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente). -----

No que respeita ao Orçamento Participativo houve uma paragem durante o contexto de pandemia da COVID-19, todavia, em 2024, pensam retomar o programa. De dizer que, por bem, a bancada do PSD abordou esta questão, uma vez que, quando o executivo lançou o programa, foi alvo de algumas críticas. -----

No que respeita à intervenção do membro da assembleia Marcos Paulo, o Senhor Presidente esclareceu que o aumento do valor das despesas com o pessoal tem a ver com as atualizações realizadas pelo Governo. Prosseguiu, referindo que se analisarem o quadro referente à evolução da dívida do Município de Fornos de Algodres, verificarão que esta tem vindo a diminuir desde que este Executivo iniciou funções. -----

No que concerne à questão das moratórias afirmou terem servido para apoiar as IPSS'S, os empresários, a comunicação social e as famílias de Fornos de Algodres. -----

Relativamente às Juntas de Freguesia o Senhor Presidente salientou que desde 2013, aquando do início de funções deste Executivo, foi criado um quadro com as matérias objeto de delegação, nomeadamente meios



financeiros a atribuir a todas as Juntas e que, apesar de considerar pouco, é o possível, tendo em conta as dificuldades financeiras do Município. Mais disse que o aumento de valores a atribuir às Juntas não tem como objetivo captar a simpatia, mas sim dotá-las de meios para desenvolver o seu trabalho. -----

Interveio o membro Marcos Paulo para referir que o Senhor Presidente não justificou onde gastou o valor recebido do Fundo Social Europeu no montante de cento e trinta e cinco mil euros. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o valor total das moratórias foi aplicado em medidas de apoio referentes à pandemia da COVID-19. -----

Relativamente às medidas de emprego, o Senhor Presidente fez saber que apenas pode beneficiar das mesmas, quem estiver inscrito no Centro de Emprego há mais de um ano e, assim sendo, não há concorrência entre a Câmara Municipal e as empresas privadas, até porque estas medidas também são praticadas por algumas IPSS'S do concelho. -----

Relativamente à intervenção do membro da assembleia e Presidente de Junta da Matança Maria João, referiu que irão continuar a trabalhar de modo a conseguir dotar as juntas com meios financeiros. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Cláudia Farias esclareceu que os prémios e condecorações estão relacionados com a Escola Virtual e com as Fichas de Atividades do 1,º Ciclo. -----

Quanto à intervenção do membro Luís Ginja afirmou que é inevitável falar no passado, designadamente no que toca ao Bairro do Ténis, na medida em que foi um problema que se arrastou por vários anos e nunca foi resolvido e é com orgulho que diz que foi este Executivo que resolveu esse problema, através da aquisição e requalificação dos imóveis. -----

Em relação aos Fundos Comunitários e avizinhandos-se o novo quadro comunitário, lançou o repto às bancadas, Presidentes de Junta e representantes da Assembleia Municipal na CIMBSE, no sentido de conseguirem mudar o paradigma relativamente à forma como são distribuídos os valores pelos diversos Municípios. -----

Solicitou o uso da palavra o membro Gonçalo Bento referindo que o Senhor Presidente afirmou estarem plasmados nas GOP'S os detalhes referentes à transferência de competências, contudo, a sua questão era se os cem mil euros eram suficientes face às novas competências do Município; em relação aos detalhes referia-se às "instalações", "estudos e consultadoria" e "outros serviços". -----

O Senhor Presidente esclareceu que "outros serviços" é uma rubrica residual, mas não em termos de valor, relacionada com a dificuldade de classificação de várias rubricas, que tem diminuído ao longo dos anos, na medida em que, em tempos, 40% da despesa estava considerada em "outros". Quanto às restantes despesas afirmou estarem descritas no Orçamento. -----

Solicitou o uso da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo para referir que ao falar no aumento da dívida, obviamente sabe que se deve ao uso de duas moratórias e, não obstante a bancada do PSD estar a favor da atribuição de apoios no âmbito da pandemia, pretendeu que o Senhor Presidente relacionasse este assunto com a questão da atribuição da verba de cento e trinta e cinco mil euros do Fundo Social da União Europeia para fazer face às despesas COVID, e explicasse onde aplicou este valor, na medida em que as despesas COVID já estavam materializadas e, assim sendo, poderia ter sido canalizado para amortizar a dívida. -----



O Senhor Presidente reafirmou que a dívida tem vindo a diminuir, todavia, tendo em consideração o contexto de pandemia, não diminuiu ao ritmo que era pretendido, uma vez que optaram por apoiar as famílias, empresas e IPSS'S do concelho. -----

A Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea g) da Ordem do Dia, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com os votos contra da bancada do PSD, CDS e com as abstenções dos Presidentes de Junta de Matança e Queiriz. -----

Passou-se de seguida à alínea h) - Apreciação e Votação do Regulamento do Programa Municipal Cheque Reabilitação; -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu tratar-se de mais um apoio à população do concelho para que, após prescrição, possam fazer este tipo de tratamento, caso não haja resposta da parte do Centro de Saúde no prazo de 15 dias. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Cláudia Farias para sugerir a articulação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, quer no que respeita à divulgação da medida, quer no apoio aos idosos, uma vez que muitos não sabem ler nem escrever e outros terão dificuldade no preenchimento do formulário. -----

Interveio o membro Marcos Paulo para questionar se o documento foi validado e/ou elaborado em consonância com as entidades competentes, nomeadamente com a ULS ou o Serviço Nacional de Saúde, se foram ouvidas as Juntas de Freguesia e, caso seja implementado seja levada em consideração a informação das Juntas, uma vez que as pessoas idosas e as pessoas com baixos rendimentos é que vão ser contempladas. Salientou, porém, que a forma de cálculo adotada para determinar se o agregado familiar está em risco de carência não é a mais adequada, uma vez que, contas feitas, 95% da população está nessas condições. Questionou, ainda, face à estimativa de cem destinatários, se foi feito algum estudo. A concluir e, uma vez que se fala em reabilitação, o porquê de não ser exigido um relatório ou avaliação médica. -----

Interveio o membro Luís Ginja esclarecendo que o utente vai ao médico de família que, de acordo com os relatórios médicos, encaminha para a fisioterapeuta do Centro de Saúde; na medida em que esta apenas se desloca a Fornos de Algodres dois dias por semana, se no prazo de quinze dias o Centro de Saúde não der resposta, está disponível mediante candidatura, ajudar o utente a procurar o tratamento junto dos fisioterapeutas do concelho. -----

Em resposta ao membro Cláudia Farias, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que pedirá às Juntas de Freguesia a sua colaboração neste processo. -----

Quanto às questões do membro Marcos Paulo salientou que o Programa de Emergência Social é avaliado pelos Técnicos de Ação Social da Câmara Municipal e tem corrido muito bem e também neste caso há um regulamento bem definido, que começa pela prescrição do médico de família e a espera por um período superior a quinze dias, para poder usufruir desta medida. -----

A Senhora Presidente da Assembleia submeteu a alínea h) a votação, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com as abstenções da bancada do PSD e Presidentes de Junta da Matança e Queiriz. -----



Passou-se de imediato à alínea i) - Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas relativo à Execução de Planos de Ajustamento Financeiro de Autarquias Locais, para conhecimento; -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se de uma auditoria no âmbito do PAM à Câmara Municipal de Fornos de Algodres, que aponta algumas desconformidades em relação à forma como o Município tem gerido este processo, contudo, afirmou estar confortável face à trajetória da dívida. Das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas, algumas já foram concretizadas e as outras também o serão. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Luís Ginja para referir que as auditorias são bem-vindas a qualquer instituição que preze a transparência. Este relatório aponta várias incongruências, mas ao que sabe, estão a ser corrigidas. A concluir referiu que a Câmara de Fornos de Algodres já foi alvo de várias auditorias e, nessa medida, isso só comprova que o Município prima pela transparência e qualidade de vida dos munícipes. -----

Usou da palavra o membro da assembleia Marcos Paulo referindo que após análise deste relatório se destaca a dependência de fundos provenientes de transferências recorrentes do exercício financeiro deste organismo e prevalecem as despesas correntes sobre as despesas de capital. -----

Verificou, ainda, que houve coimas instauradas a vereadores dos dois últimos mandatos e ao próprio Executivo, relativamente a um exercício de contraditório, ao que parece, foram apresentadas duas alegações por um advogado, apenas de cinco membros da Câmara Municipal, tendo ficado fora desta apresentação, a então Vice-Presidente da Câmara. Posto isto, questionou se o advogado foi contratado e pago pela Câmara Municipal e o porquê de ter feito alegações apenas para alguns membros. Verificou, ainda, que a Senhora Vereadora Joaquina Domingues não apresentou contraditório e questionou-a pessoalmente, tendo ela referido que o Senhor Presidente ficou de a incluir, mas não chegou a fazê-lo, tendo sido posteriormente realizado um contraditório institucional do Município. Face ao exposto pretendeu saber se houve coimas, se foram avultadas e porquê. A concluir referiu que ao longo do relatório constatou algumas inconformidades que poderão vir a gerar coimas e que o relatório é penoso no exercício de gestão autárquica. -----

Em resposta ao membro da assembleia Marcos Paulo relativamente às despesas correntes, o Senhor Presidente referiu que há opções que têm de ser tomadas, ou seja, ou se pagam as despesas respeitantes às necessidades básicas da população ou investem. -----

No que toca à questão das coimas não teceu qualquer tipo de comentário, na medida em que são individuais e apenas dizem respeito a cada um dos vereadores e ex. vereadores. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----

Passou-se à alínea j) Informação sobre a situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2022, para conhecimento. -----

O Senhor Presidente referiu que a informação foi elaborada pelo Revisor Oficial de Contas, realçando o quadro da página 29, referente à trajetória da dívida a partir de 2014. -----

Dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----

Seguiu-se a alínea l) Proposta de fixação de taxas: -----

- Fixar a taxa do imposto municipal sobre imóveis; -----



- Lançamento de derrama sobre o lucro tributável; -----
- Atualizar as taxas municipais, de acordo com a taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses -----
- Participação variável no IRS -----

O Senhor Presidente da Câmara fez saber que após terem renegociado a dívida foram impostas algumas obrigações, nomeadamente a maximização das taxas. No ano transato conseguiram reduzir a taxa de IMI depois de negociações com o FAM e o Tribunal de Contas e vão continuar a trabalhar nesse sentido. -----

Intervio acerca deste ponto o membro da assembleia Marcos Paulo referindo que a bancada do PSD não se desviará do que é para cumprir, todavia, por várias vezes se debateram no sentido de reduzir as taxas e apesar do Executivo insistir nessa impossibilidade, constatarem recentemente uma autorização do FAM na redução do IMI e, assim sendo, solicitou ao Senhor Presidente que envidasse esforços no sentido de reduzir os impostos. A terminar referiu que a bancada do PSD irá votar favoravelmente dada a imposição legal, no entanto, irão continuar a pressionar, uma vez que ficou provado que é possível. -----

O Senhor Presidente afirmou ser sua função reivindicar junto das Entidades para que a carga fiscal seja reduzida. A Senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a alínea l) tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

Passou-se de imediato à alínea m) Proposta de Aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem -----

O Senhor Presidente esclareceu que a taxa referente aos direitos de passagem das operadoras de telecomunicações no concelho, terá, de igual modo, de ser maximizada. -----

Não havendo intervenções acerca deste ponto, a Senhora Presidente da Assembleia colocou de imediato a votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. -----

3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pretendeu intervir o Senhor Américo Dias de Almeida Feio, o qual fez chegar antecipadamente à Mesa um requerimento com o assunto a abordar. -----

Após cumprimentar os presentes, o Senhor Américo fez saber que na Avenida que dá acesso à rotunda da A25, se verifica a existência de sinalização em excesso; embora não tenha nada contra, foi destruída uma faixa de rodagem para dar passagem a alguns moradores. Prosseguiu, pedindo que se fizesse uma comparação dessa avenida, com a Avenida 25 de abril, em termos de sinalização, na medida em que já lá ocorreram muitos acidentes. Alertou ainda para o facto de, no meio dessa via existir uma fila de postes de iluminação, dois deles foram derrubados por viaturas que se despistaram e, até à data ainda não foram recolocados. A concluir este assunto afirmou que é de lamentar que ainda nada tenha sido feito pelo Município, num local propício a acidentes, num dos quais morreram dois jovens. -----

De seguida abordou a questão da estrada que atravessa a freguesia de Infias e que dá acesso a Fornos de Algodres, referindo que será, talvez, a estrada mais movimentada e, nessa medida, alertou para o facto de, desde o cruzamento de Algodres até ao Cristo Rei, não existir qualquer tipo de sinalização, nomeadamente de limite de

velocidade. Sugeriu, também, a colocação de passadeiras para que as pessoas que moram do outro lado da estrada, possam atravessar para despejar o lixo. -----

Presidente da Câmara referiu que a resposta a esta questão da sinalização já foi dada ao membro da assembleia Marcos Paulo, não tecendo, assim, qualquer comentário. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente Raquel Soares Batista

O Primeiro Secretário Teresa Pinto

O Segundo Secretário Fernando Sousa